



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Política de Educação

**AÇÕES AFIRMATIVAS:** uma análise voltada à permanência de estudantes negros e negras na Universidade Federal da Amazônia.

IVANNA DA SILVA NASCIMENTO <sup>1</sup>  
WELSON DE SOUSA CARDOSO <sup>2</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará – sendo item necessário à obtenção do título de Mestre (a), estando em fase de execução. O objetivo geral é “analisar se as ações afirmativas voltadas a permanência de estudantes negros (as) desenvolvidas na UFRA atendem aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES referente ao período de 2017 a 2021”. Os objetivos específicos: mapear as ações afirmativas; analisar os índices de evasão, retenção, trancamento e conclusão dos estudantes negros e identificar como as ações afirmativas desenvolvidas pela UFRA contribuem para sua permanência.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, PNAES, UFRA.

**ABSTRACT:** This research is linked to the Post-Graduate Program in Social Work, at the Federal University of Pará – being a necessary item to obtain the title of Master (a), being in the execution phase. The general objective is "to analyze whether the affirmative actions aimed at the permanence of black students (as) developed at UFRA meet the objectives of the National Student Assistance Program - PNAES for the period from 2017 to 2021". The

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Para

2 Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Do Para

specific objectives: mapping affirmative actions; to analyze the rates of dropout, retention, retention and completion of black students and identify how the affirmative actions developed by UFRA contribute to their permanence.

Keywords: affirmative actions, PNAES, UFRA.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é oriundo do projeto de pesquisa Ações Afirmativas: uma análise voltada à permanência de estudantes negros e negras na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, o qual encontra-se vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará-UFPA, e constitui um item necessário para obtenção do título de mestra.

O artigo encontra-se dividido em três tópicos, sendo eles: “Breves considerações sobre educação superior e a permanência de estudantes negros e negras”, o qual apresenta dados sobre o desenvolvimento da política de educação no Brasil com ênfase na permanência de estudantes negros e negras; “Metodologia”, neste tópico apresentam-se os procedimentos metodológicos que estão sendo desenvolvidos na pesquisa; e por fim, Primeiros resultados, onde serão apresentados os resultados preliminares obtidos na pesquisa por meio da realização de Revisão sistemática de Literatura-RSL.

O objetivo geral da pesquisa é “analisar se as ações afirmativas voltadas a permanência de estudantes negras e negros desenvolvidas na UFRA atendem aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES referente ao período de 2017 a 2021”. Os objetivos específicos são: “mapear as ações afirmativas que possam contribuir para a permanência de estudantes negras e negros; analisar os índices de evasão, retenção, trancamento, conclusão em tempo hábil dos estudantes negras e negros atendidos/assistidos pelas ações afirmativas; e identificar junto a PROAES que maneira as ações afirmativas desenvolvidas na UFRA contribuem para a permanência de estudantes negros e negras”.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, o presente estudo está sendo desenvolvido com base no método da teoria social crítica, tendo como

procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e de campo. Trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo.

## **2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS.**

O direito social à educação é uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais<sup>3</sup> e, em especial, do movimento estudantil. Desde o início do século XXI o Governo Federal, por meio de processo de mobilização e pressão social dos movimentos sociais, vem desenvolvendo políticas de expansão e democratização do acesso à educação superior pública, através da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI foi instituído pelo decreto 6096/2007 e teve como objetivo primordial “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (Brasil, 6096/2007)

Segundo dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES organizado pela ANDIFES (2019, p.16) durante os anos 2000, houve uma exponencial expansão de vagas em instituições federais de ensino superior, período (2003-2017) no qual foi registrado um crescimento de 260%. Infere-se que esse crescimento do número de vagas tenha relação direta com a abertura de 18 novas instituições federais entre os anos de 2005 e 2017.

A implementação do REUNI possibilitou a diversificação das formas de ingresso nos processos seletivos das universidades públicas por meio de ações como a adoção da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da

---

<sup>3</sup>Silva (2003); ressalta que para combater a discriminação no Brasil “o movimento negro (MN) e o movimento de mulheres negras (MMN) desempenharam fundamental papel no processo de negociação e pressão ao Planalto Central para que ‘medidas’ de combate às desigualdades raciais” fossem gestadas. (SILVA, 2003, p.17).

implantação das cotas étnico-raciais e sociais. Em contraposição ao processo de ampliação de vagas no ensino superior verifica-se a dificuldade de permanência dos estudantes nos cursos de graduação.

A pesquisa da ANDIFES (2019, p.46), aponta que a partir da implementação das cotas ampliou-se o acesso de estudantes das classes pobres. Do levantamento feito na pesquisa<sup>4</sup>, 26,6% dos discentes vivem em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo e 26,9% com renda *per capita* de mais de meio a 1 salário mínimo. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertenciam a famílias com renda mensal *per capita de até* 1 salário mínimo no ano de realização da pesquisa em 2018.

Outro dado publicado pela pesquisa da ANDIFES (2019) é referente ao aumento da participação de estudantes pretos e pardos nas instituições federais de ensino que no ano de 2018 representaram 51,2% (ANDIFES, 2019, p. 21). Essas informações despertam para o fato de que cada vez mais ingressam no ensino superior estudantes negras e negros que vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconômica e que possivelmente vivenciam dificuldades de concluir o curso de graduação.

Na perspectiva de diminuir as desigualdades de acesso à educação o movimento negro do Brasil, por meio de manifestações, conseguiu uma significativa vitória ao ter sido instituída a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) que apresenta em seu artigo 3º as prerrogativas gerais para ocupação de vagas no ensino superior para pessoas autodeclaradas negras por meio do sistema de cotas.

A Lei de Cotas contribui para que estas pessoas se fortaleçam na defesa e garantia de seus direitos. E, é fruto de um processo histórico de luta e reivindicações dos movimentos sociais negros. Antes, existiram outras leis que visaram, entre outras coisas, combater o racismo e a desigualdade racial, sendo algumas delas: 1) A Constituição Federal estabeleceu a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade quaisquer outras formas de

---

<sup>4</sup>Segundo a V pesquisa de Perfil Socioeconômico e Culturas das IFES realizada da ANDIFES (2019) o total 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018

discriminação (BRASIL, 1988); 2) Lei CAÓ<sup>5</sup> (27.716/1989); 3) Lei nº. 10.639/2003<sup>6</sup>, 4) O Estatuto da Igualdade Racial (lei n. 12.288/2010)<sup>7</sup>.

Com a implementação das cotas para ingresso nas universidades públicas, o número de estudantes negros no ensino superior aumentou consideravelmente. O percentual de cotistas saiu de 3,1%, no ano de 2005, para 48,3%, em 2018, segundo dados apresentados pela ANDIFES (2019). Cabendo agora a reflexão a respeito das condições que estes estudantes têm tido nestas universidades públicas para garantirem a conclusão de seu curso de graduação, tendo em vista que vários fatores podem tensionar este processo.

Santos (2009), ao discutir a permanência de estudantes nos cursos de graduação aponta dois fatores como sendo grandes desafios que estes estudantes enfrentam ao adentrar o ensino superior público, são eles:

Dois fatores são fundamentais e desafiam a permanência dos estudantes negros na Universidade. O primeiro está situado ao nível material e diz respeito às condições objetivas para se realizar um curso superior. Mesmo em uma instituição pública, é necessário ter condições financeiras para alimentação, transporte e materiais de estudo. O segundo fator está situado ao nível simbólico e diz respeito ao significado da presença de estudantes negros em cursos que historicamente foram constituídos por brancos e as tensões e conflitos que foram ora mais, ora menos, acirrados por conta desta presença. (SANTOS, 2009, p.18).

É de fundamental importância que os estudantes negros e negras tenham condições materiais para participarem das atividades acadêmicas, mas além dessas condições objetivas a autora traz para a discussão a necessidade das universidades criarem condições que promovam a permanência também de forma simbólica para que estes jovens não se sintam excluídos mesmo já tendo ingressado no ensino superior.

Santos pontua que a permanência material se caracteriza “pelas condições

---

<sup>5</sup>Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)

<sup>6</sup>Busca garantir e efetivar a igualdade de oportunidades e os direitos étnicos individuais e coletivos para a população negra. A lei define discriminação e desigualdade raciais e propõe a adoção de programas e políticas públicas que garantam a participação e a inclusão da população negra, tais como as ações afirmativas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm)

<sup>7</sup> destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

objetivas de existência do estudante na universidade” e “a permanência simbólica diz respeito às possibilidades que os estudantes têm de vivenciar a universidade, identificar-se com o grupo dos demais estudantes, ser reconhecido por estes e, portanto, pertencer ao grupo”. (SANTOS 2009, p.23).

Neste sentido, a partir das reflexões expostas acima constituiu-se o interesse da autora desta pesquisa neste objeto de estudo, pois foi a partir delas, juntamente com o desenvolvimento de sua atuação profissional como técnica da área da assistência estudantil na Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, durante os anos de 2017 a 2021, que a mesma observou, empiricamente, que mesmo com o grande avanço que a política de cotas representa, ampliando o ingresso nas universidades públicas, esta por si só, não promove a permanência da população negra no ensino superior.

Corroborando as reflexões da pesquisadora expostas nos parágrafos anteriores, o documento intitulado “Caderno Temático IV: Políticas Afirmativas no Ensino Superior” destaca que

[...] a situação de permanência dos cotistas nas IFES tende a ser mais complexa e desafiadora, uma vez que: (1) os/as estudantes cotistas tinham menor inserção no mercado de trabalho; (2) a faixa de renda no trabalho entre os cotistas é mais precária – cotistas recebem menos no trabalho, seja em âmbito nacional ou regional; (3) pais, mães e mantenedores dos lares dos cotistas apresentam menor escolaridade e menor renda. (JESUS e MEIRELES, 2021, p.77).

O PNAES foi implementado no Brasil no ano de 2010 por meio do decreto 7234/2010, e estabelece no artigo 2º enquanto objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)”.

Na UFRA as ações do PNAES são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de assuntos estudantis-PROAES/UFRA, sendo orientadas pela Resolução do Programa de Assistência Estudantil-PAE/UFRA<sup>8</sup>. Essas ações são desenvolvidas por meio das seguintes modalidades de auxílios: auxílio alimentação; auxílio creche; auxílio emergencial; auxílio inclusão digital; kit PCD; auxílio moradia; auxílio

8 Resolução nº 341, de 23 de maio de 2022.

pedagógico; auxílio saúde; auxílio transporte; bolsa acadêmica e Bolsa Esporte, destinando-se ao atendimento prioritário do discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, público-alvo desta política.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar se as ações afirmativas voltadas a permanência de estudantes negras e negros desenvolvidas na UFRA, no período de 2017 a 2021, atendem aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Os objetivos específicos são: mapear as ações afirmativas que possam contribuir para a permanência de estudantes negras e negros; analisar os índices de evasão, retenção, trancamento e conclusão em tempo hábil dos estudantes negras e negros atendidos/assistidos pelas ações afirmativas; identificar junto a PROAES/UFRA de que maneira as ações afirmativas desenvolvidas na UFRA contribuem para a permanência de estudantes negros e negras.

### **3. METODOLOGIA**

No desenvolvimento desta pesquisa está sendo utilizado enquanto método de análise a teoria social crítica, pois conforme Netto (2009, p.23) “a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, no movimento real do objeto”. Com base neste método o papel do pesquisador é capturar não a aparência, ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, sua estrutura e sua dinâmica (mais exatamente para aprendê-lo como processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. Desta maneira, pretende-se por meio deste método realizar uma análise crítica do tema proposto na pesquisa para que se possa compreender as determinações dessas relações em âmbito institucional para confrontá-las com a realidade macro.

Com relação aos objetivos esta pesquisa se identifica enquanto uma pesquisa de natureza descritiva, a qual, segundo Gil (2008, p.26) “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A abordagem do estudo refere-se a um estudo qualitativo. O delineamento é o estudo de caso, pois segundo Gil (2008) se caracteriza por um estudo de forma profunda e exaustiva de um ou

poucos objetos com a finalidade de descrever a situação no contexto em que se está sendo feita determinada investigação.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise dos dados.

A pesquisadora já desenvolveu pesquisa bibliográfica por meio da realização de Revisão Sistemática de Literatura-RSL, que será melhor detalhada no próximo tópico, tendo em vista que apresenta-se como os primeiros resultados desta pesquisa.

Neste momento a referida pesquisa encontra-se na fase de início de execução da pesquisa documental, e finalização da inserção do projeto de pesquisa no Comitê de ética em Pesquisa da UFPA - CEP/UFPA para aguardar parecer favorável a realização da pesquisa de Campo.

A pesquisa documental possibilitar à pesquisadora realizar um levantamento a respeito das políticas e/ou ações afirmativas, institucionais relacionadas a permanência dos discentes negros e negras, assim como identificar se existem ou não outras ações voltadas para promoção da discussão racial na universidade. Para isso será realizado, inicialmente, pesquisa no site institucional dos 06 campi da Universidade Belém, Capanema, Capitão poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu. Neste procedimento buscar-se-á informações e documentos institucionais referentes a ações afirmativas que tenham sido desenvolvidas ou estejam em fase de planejamento, ou de Planejamento Estratégico que estabeleçam diretrizes para desenvolvimento de ações afirmativas na UFRA

Após a pesquisa no site institucional, pretende-se, assim que aprovado no CEP/UFPA, consultar o banco de dados institucionais da PROAES/UFRA para coleta das seguintes informações: O gênero, idade, e autodeclaração étnica dos discentes atendidos pela PROAES; o quantitativos de discentes atendidos (que se autodeclararam negros, negras, brancos, pardos etc.) que recebem auxílios financeiros do PNAES, ou outro serviço ofertado pela assistência estudantil da UFRA; Os índices de evasão, retenção, trancamento dos estudantes que recebem auxílios financeiros do PNAES, Atendimento Especializado ou outro serviço ofertado pela assistência estudantil da UFRA;

O Último procedimento de coleta de dado será a pesquisa de campo semi estruturada a qual será aplicada com a gestora da PROAES, e duas técnicas que atuam Divisão de Apoio à Permanência - DAP, tendo em vista que neste setor encontram-se duas técnicas atuando, segundo organograma institucional.

A análise de dados deste projeto de pesquisa será realizada com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a qual enfatiza que este procedimento de análise se organiza em três fases cronológicas: a) pré-análise; b) exploração do material, c) o tratamento dos resultados, d) inferência e interpretação.

#### **4. RESULTADOS PRELIMINARES**

Com intuito de agregar mais informações a respeito da temática aqui estudada foi realizada, de forma breve, uma Revisão Sistemática de Literatura - RSL no portal de periódicos da Capes com objetivo de identificar trabalhos acadêmicos que problematizassem a questão das ações afirmativas voltadas à permanência de estudantes negros no ensino superior. Utilizou-se essa plataforma para realização da pesquisa devido esta biblioteca virtual reunir conteúdo de alta qualidade, assinado com editores e associações científicas internacionais.

Foi elaborado um protocolo de pesquisa indicando a pergunta, os critérios de seleção do material, as palavras-chave ou descritores, as estratégias de acesso e os tipos de busca nas bases de dados. Santos (2015) ressalta que o planejamento das ações é essencial, pois corresponde a construção do protocolo no qual estão detalhadas “as etapas metodológicas a serem executadas na revisão da literatura, visando reduzir o risco de vieses indevidos, manter a transparência do processo e realizar a análise do conteúdo”. (SANTOS, 2015, p.66).

Para realização do levantamento utilizou-se enquanto critérios de inclusão e exclusão: a natureza do estudo (teses, dissertações e artigos); e similaridade temática. Neste sentido, foram incluídos todos os estudos que tratem sobre políticas de permanência para estudantes negros (as) no ensino superior. O recorte temporal utilizado para pesquisa foi de 2012 a 2021, período em que foi instituída a lei de

cotas, a qual representa um marco para as políticas afirmativas voltadas para ingresso de estudantes vulneráveis socioeconomicamente. Com relação ao idioma foram incluídas publicações em português, sem duplicidade e com o acesso gratuito. Quanto aos critérios de exclusão, foram afastadas: as publicações que não possuem similaridade temática com o objeto da pesquisa; os que não se encontram inseridos no recorte temporal; os que foram publicados em idiomas que não seja o português; publicações cujo acesso é permitido mediante pagamento; publicação que não discutam as categorias enfatizadas nos descritores, assim como relatórios institucionais e monografias.

Os termos de busca ou descritores utilizados foram os seguintes: “políticas de permanência”, “negros (as)” e “ensino superior”. Os quais foram combinados da seguinte forma de combinação: 1ª) “políticas de permanência” “negros (as)”; 2ª) combinação: “políticas de permanência” “negros” “ensino superior”. A partir dos termos de busca foram identificados 20 trabalhos acadêmicos, dos quais, 02 foram excluídos por não ter sido permitido o acesso de forma gratuita, e 06 deles devido não atenderem aos demais critérios de inclusão.

A partir da leitura integral dos trabalhos foi identificado que os 12 artigos inclusos discutem as seguintes temáticas: Políticas de permanência; finalidade das políticas afirmativas; conceito de ações afirmativas; objetivos das políticas afirmativas; história das ações afirmativas; discriminação racial; movimento negro; implantação das políticas afirmativas nas universidades; dificuldades da permanência; favorecimento de permanência; programas de estados; exemplos de políticas afirmativas que podem ser instituídas; ingresso na universidade; ações afirmativas; resposta do Estado; cotas e racismo.

Com relação ao ano de publicação, após aplicados os critérios de inclusão e exclusão não foram localizados estudos referentes ao ano de 2012 e 2021. O período em que foram escritos os textos são:

Tabela 2: Distribuição de artigos localizados durante RSL

---

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
------	------	------	------	------	------	------	------	-------

---

Fonte: Elaboração própria

Foi identificado durante análise dos textos que vários autores tratam a categoria política de permanência como sendo sinônimo de ações afirmativas, sem avançar na discussão de que a Lei de cotas tem promovido a ampliação do ingresso de estudantes negros (as) no ensino superior público, mas esta, por si só não garante que estes mesmos estudantes consigam permanecer e finalizar seus cursos de graduação. Cabendo uma breve distinção com argumentos apresentados pelos autores estudados.

Políticas de permanência conforme o autor Araújo (2013) “[...] é identificada como a manutenção do estudante ao longo do curso, com vistas à sua terminalidade no tempo devido para sua integralização. Essa relação, porém, é apenas uma das muitas formas de permanência que podem ser consideradas [...]”. (ARAÚJO, 2013, p. 34).

Campos e Brandão (2020) ressaltam que as políticas de permanência são políticas de Estado, e

não devem se resumir apenas distribuição de bolsas; devem, sim, estar presentes em diversas vertentes, como nos apoios pedagógico e psicológico, no incentivo pesquisa, na busca pela inserção e da discussão racial nos currículos de graduação, nas criações de ouvidorias de ações afirmativa, de grupos de discussão na comunidade acadêmica, entre outras ações. (CAMPOS E BRANDÃO, 2020, p.23).

Com relação às ações afirmativas <sup>9</sup>, ainda nas palavras Campos e Brandão (2020), estas são um

[...] conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p. 27, apud CAMPOS E BRANDÃO, 2020, p.23).

Para o autor Figueiredo (2019) Ações afirmativas são

[...] compreendidas como medidas ou políticas de caráter público ou privado que

---

9 Conforme o estatuto da igualdade racial ações afirmativas são: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

---

objetivam promover a justiça social através de ações específicas para determinados grupos sociais e/ou étnico-raciais com histórico de discriminação e exclusão. São empregadas na educação, no mercado de trabalho ou na representatividade política. (FIGUEIREDO, 2019, p.178).

Neste sentido, a partir das ideias apresentadas pelos autores apreende-se que as políticas de permanência no ensino superior não devem estar pautadas apenas na disponibilização de auxílios financeiros ou “bolsificação” e sim em ações mais amplas que possam contribuir para que estes estudantes concluam os cursos de graduação. Também se apreende que essas políticas encontram-se dentro do escopo das ações afirmativas.

Em se tratando dos estudantes negros (as) foi identificado, com a realização da revisão de literatura, que ações específicas precisam ser pensadas de maneira imediata tendo em vista o processo histórico de exclusão que estes muitos destes estudantes vivenciam visando alcançar tanto a permanência material quanto a permanência simbólica. Campos e Brandão (2020), ressaltam que a discriminação e a falta de capital cultural e financeiro podem prejudicar a permanência dos jovens negros e pobres nas universidades.

Outra consideração importante a respeito da realização desta RSL é que foram identificados um número muito pequeno de trabalhos abordando a temática da permanência de estudantes negros (as) no ensino superior indicando uma lacuna de pesquisa que precisa ser melhor discutida e analisada por pesquisadores e também pela sociedade em geral para que se possa estar contribuindo com esta discussão e potencializando o enfrentamento do racismo institucional.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação profissional na assistência estudantil possibilitou a pesquisadora refletir sobre a questão da permanência dos estudantes negros e negras no ensino superior tanto referente aos aspectos da permanência material, quanto a permanência simbólica. Neste sentido, a partir da compreensão da política de educação enquanto direito social espera-se que estes jovens, que historicamente

vem sofrendo os impactos da exploração de raça, tenham hoje condições dignas de conclusão dos cursos de graduação.

Para construção de uma sociedade mais justa espera-se que as universidades públicas ofertem oportunidades não somente em forma de auxílios, mesmo que estes sejam fundamentais para estudantes que vivenciam vulnerabilidades socioeconômicas. Espera-se que as universidades ofertem outras atividades e ações que visem discutir, refletir, problematizar sobre as vertentes do racismo e as consequências na vida desses jovens a fim de promoção da igualdade racial.

Neste sentido, ao final desta pesquisa espera-se que os resultados obtidos contribuam para elaboração/aperfeiçoamento de ações que potencializem a permanência de estudantes negros e negras na UFRA, assim como subsidiem a elaboração de outros estudos ampliando a discussão aqui iniciada. Discutir a permanência de estudantes negros e negras no ensino superior é uma necessidade latente para um Estado democrático e de direitos.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheila Dias. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Temporalis, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso: 10 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/Laurence%20Bardin%20%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 21 de abr. de 2022.

BRASIL, Casa Civil; BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 149, n. 169, 2012. disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso

em 11/03/2020

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post volume 2**. [et al.]. – Brasília : Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=34504](https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34504). Acesso: 19 de abr. 2022.

CAMPOS, Margarida Cássia; BRANDÃO, Jessica Justino. **A Percepção de Egressos/as do Sistema de Cotas Raciais da Universidade Estadual de Londrina Quanto às Políticas De Permanência**. Comunicações (Piracicaba) 27.3 (2020): 21-46. Web.

CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, INEP Censo. **Notas estatísticas**. Brasília: MEC, 2019. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-eindicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 05/01/2021.

DA SILVA, Cidinha. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. Selo Negro, 2003.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Acesso de indígenas e quilombolas na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFs**. in: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 176-191, Jan-Jun. 2019

GIL, Antônio Carlos. Como classificar pesquisas? In: Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 41 – 57.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de Capital Feitiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População negra conquista espaço no ensino superior**. 2020. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35896](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896). Acesso 20 de nov. de 2021

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. MEIRELES, Everson. Caderno temático IV: políticas afirmativas no ensino superior – Goiânia : Cegraf UFG, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria Social**. In: SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.

SANTOS, Laira Vasconcelos dos. **Avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social no Brasil: uma revisão sistemática da literatura**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese PPGE-2009. Disponível em <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em 13 de jan de 2022.

TELES, Maria Alcione Pereira. **A implementação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas no período de 2007 a 2012**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

,